PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Direito Penal Militar: Justiça Militar, Crimes Militares, Jurisprudência e Inteligência Artificial

CARGA HORÁRIA: 80 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 10 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 45 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Atualização completa em Direito Penal Militar

O curso **Direito Penal Militar: Justiça Militar, Crimes Militares, Jurisprudência e Inteligência Artificial** oferece formação atualizada para profissionais que desejam compreender as transformações recentes do Direito Militar brasileiro. A capacitação aborda fundamentos, princípios constitucionais, aplicação da lei penal militar, teoria geral do crime, espécies de crimes militares e o funcionamento da Justiça Militar, relacionando os institutos tradicionais às mudanças legislativas, jurisprudenciais e tecnológicas contemporâneas.

Crimes militares, competência e jurisprudência atual

Ao longo do curso, o participante aprofunda conhecimentos sobre crimes militares em tempo de paz e de guerra, sistema sancionatório, Lei nº 13.491/2017, crimes militares por extensão e alterações decorrentes da Lei nº 14.688/2023. O conteúdo também examina temas relevantes da jurisprudência do STF e dos tribunais militares, incluindo competência jurisdicional, julgamento de civis, crimes dolosos contra a vida, operações de Garantia da Lei e da Ordem, audiência de custódia e Acordo de Não Persecução Penal.

Inteligência Artificial, provas digitais e LGPD

A formação incorpora temas indispensáveis ao cenário jurídico atual, como **Inteligência Artificial aplicada à Justiça Militar**, pesquisa jurisprudencial automatizada, triagem processual, provas digitais, reconhecimento facial, crimes cibernéticos, transparência algorítmica, proteção de dados pessoais, LGPD, segurança da informação e privacidade em investigações e processos militares.

Capacitação estratégica para profissionais e servidores públicos

Indicado para advogados, militares, servidores públicos, membros de órgãos de controle, profissionais da segurança e demais operadores do Direito, o curso combina atualização normativa, análise jurisprudencial e estudos de casos. É também uma opção relevante para servidores que buscam capacitação profissional e formação compatível com programas de desenvolvimento e licença para capacitação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL MILITAR E DA JUSTIÇA MILITAR: Conceito e Fundamentos do Direito Penal Militar; Direito Objetivo e Direito Subjetivo; Autonomia e Especificidades do Direito Militar; Hierarquia e Disciplina como Bens Jurídicos; Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar; Justiça Militar no Sistema Jurídico Brasileiro; Transformações da Justiça Militar após a Lei nº 13.491/2017; Novos Desafios Tecnológicos e Inteligência Artificial;
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PENAL MILITAR: Função dos Princípios no Direito Penal Militar; Princípio da Legalidade; Princípio da Anterioridade; Retroatividade da Lei Penal Mais Benéfica; Fragmentariedade e Intervenção Penal; Princípio da Culpabilidade; Responsabilidade Penal Pessoal; Humanidade das Penas e Direitos Fundamentais;
APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR: Fundamentos da Aplicação da Lei Penal Militar; Aplicação da Lei Penal Militar no Espaço; Territorialidade e Territorialidade por Extensão; Extraterritorialidade da Lei Penal Militar; Aplicação da Lei Penal Militar no Tempo; Tempo e Lugar do Crime; Sucessão de Leis Penais e Retroatividade Benéfica; Aplicação da Lei Penal Militar em Relação às Pessoas;
CRIMES MILITARES EM TEMPO DE PAZ E EM TEMPO DE GUERRA: Conceito Jurídico de Crime Militar; Crimes Militares Próprios e Impróprios; Critérios para Caracterização do Crime Militar; Conceito de Militar para Fins Penais; Crimes Militares em Tempo de Paz; Caracterização Jurídica do Tempo de Guerra; Crimes de Favorecimento ao Inimigo, Hostilidade e Ordem Arbitrária; Crimes contra a Pessoa, o Patrimônio e a Dignidade Sexual em Conflito Armado;
TEORIA GERAL DO CRIME MILITAR: Fato Típico, Antijuridicidade e Culpabilidade; Conduta, Resultado, Nexo Causal e Tipicidade; Iter Criminis, Consumação e Tentativa; Concurso de Pessoas no Direito Penal Militar; Legítima Defesa e Estrito Cumprimento do

Dever Legal; Coação Moral Irresistível e Obediência Hierárquica; Causas de Extinção da Punibilidade e Prescrição; Ressarcimento do Dano no Peculato Culposo;

SISTEMA SANCIONATÓRIO MILITAR E REFORMA PENAL: Teoria e Finalidades da Pena no Direito Penal Militar; Princípios Constitucionais Aplicáveis às Sanções Militares; Penas Principais e Penas Acessórias; Penas Privativas de Liberdade; Pena de Morte no Sistema Penal Militar; Penas Restritivas e Sanções Não Originariamente Previstas no CPM; Alterações Promovidas pela Lei nº 14.688/2023; Medidas de Segurança e Tendências Contemporâneas do Sistema Sancionatório;

ESPÉCIES DE CRIMES PRATICADOS POR MILITARES: Crimes contra a Segurança Externa do País; Crimes contra a Autoridade e a Disciplina Militar; Crimes contra o Serviço e o Dever Militar; Crimes contra a Pessoa e a Dignidade Sexual; Crimes contra o Patrimônio; Crimes contra a Incolumidade Pública; Crimes contra a Administração Militar; Crimes contra a Administração da Justiça Militar;

LEI Nº 13.491/2017 E CRIMES MILITARES POR EXTENSÃO: Contexto e Fundamentos da Reforma de 2017; Nova Redação do Artigo 9º do Código Penal Militar; Conceito e Caracterização dos Crimes Militares por Extensão; Incorporação de Crimes do Código Penal e da Legislação Penal Especial; Crimes Ambientais no Âmbito Militar; Abuso de Autoridade e Crimes em Licitações e Contratações Militares; Critérios de Competência da Justiça Militar; Conflitos de Competência entre Justiça Comum e Justiça Militar;

JURISPRUDÊNCIA CONTEMPORÂNEA EM DIREITO PENAL MILITAR: Papel da Jurisprudência na Evolução do Direito Militar; Competência da Justiça Militar e Precedentes do STF; Julgamento de Civis pela Justiça Militar da União em Tempo de Paz; Crimes Dolosos contra a Vida de Civis; Operações de Garantia da Lei e da Ordem e Atuação em Fronteiras; Acordo de Não Persecução Penal na Justiça Militar; Audiência de Custódia no Sistema de Justiça Militar; Aplicação Subsidiária do Código de Processo Penal e Conflitos de Competência;

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À JUSTIÇA MILITAR: Transformação Digital e Inteligência Artificial no Poder Judiciário Militar; Ferramentas de IA para Gestão e Pesquisa Jurisprudencial; Triagem Automatizada de Processos; IA na Análise de Prisões Preventivas e Apoio à Decisão; Provas Digitais e sua Validade Jurídica; Reconhecimento Facial e Tecnologias de Identificação; Crimes Cibernéticos no Contexto Militar; Ética, Transparência, Explicabilidade e Vieses Algorítmicos;

PROTEÇÃO DE DADOS, LGPD E PRIVACIDADE NO DIREITO PENAL MILITAR: LGPD e os Limites de sua Aplicação à Atividade Penal Militar; Tratamento de Dados para Segurança Pública, Defesa Nacional e Investigação Penal; Princípios Gerais de Proteção de Dados no Ambiente Militar; Dados Pessoais e Dados Pessoais Sensíveis em Investigações e Processos Militares; Proteção, Compartilhamento e Segurança de Provas e Dados Digitais; Bancos de Dados, Reconhecimento Facial e Sistemas de Inteligência Artificial; Relatório de Impacto à Proteção de Dados e Gestão de Riscos; Privacidade, Segurança da Informação e Direitos Fundamentais na Justiça Militar;

ESTUDOS DE CASOS E APLICAÇÃO PRÁTICA DA NOVA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR: Metodologia de Análise de Casos em Direito Penal Militar; Identificação dos Fatos e Enquadramento Jurídico; Determinação da Competência Jurisdicional; Uso da Força e Óbito de Civis em Operações de Garantia da Lei e da Ordem; Fraudes Eletrônicas em Sistemas de Pagamento; Manifestações de Militares em Redes Sociais; Análise e Valoração de Provas Digitais e Precedentes; Julgamento Simulado de Crime Militar por Extensão com Pesquisa Jurisprudencial Automatizada.